

**ENSINO DE HISTÓRIA REGIONAL E IDENTIDADES (I)MIGRANTES:
TECENDO NARRATIVAS NAS PÁGINAS DIDÁTICAS SOBRE HISTÓRIA DE
SANTA CATARINA**

ROSIANE RIBEIRO BECHLER*
CRISTIANI BERETA DA SILVA**

Introdução

O artigo que aqui apresentamos constitui esforço de reflexões relacionadas a duas pesquisas que articulam em seus pressupostos preocupações com ensino de História, livros didáticos e história regional: uma coordenada pela professora Cristiani Bereta da Silva, intitulada *Nação e região: uma leitura a partir das culturas política e das políticas para o ensino de História em Santa Catarina nas décadas de 1930 a 1940* e a outra se refere ao projeto de doutoramento da professora Rosiane Bechler, cujo título é *As faces da Europa e seus reflexos na construção da(s) identidade(s) catarinense (s): lugares do i/emigrante europeu em narrativas históricas de livros didáticos dos séculos XX e XXI*.

A convergência dessas preocupações assenta-se especialmente no desejo em contribuir com o debate dos entrelaçamentos e tensões entre ensino de História e a formação de identidade(s) nacional e regionais no tempo presente, mas numa perspectiva diacrônica. Interessa-nos compreender os elementos que compuseram e ainda compõem as narrativas sobre imigrantes nos livros para uso escolar sobre a história de Santa Catarina utilizados no decorrer do século XX e neste início do século XXI – que imigrantes são esses? em qual contexto é abordada sua vinda para o Brasil e mais especificamente para Santa Catarina? Qual o lugar conferido a eles na narrativa histórica sobre o estado? Com quais outros grupos esses imigrantes concorrem para a formação da “gente catarinense”? Essas são algumas das questões que ajustaram o foco de nossas lentes investigativas na construção desse texto.

Escolheu-se como base empírica para essa análise os livros de Lucas Alexandre Boiteux, *Pequena História Catarinense* (1920) e sua reelaboração para a coleção Resumos Didáticos de

* Doutoranda em Educação na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: rosiribeirobechler@gmail.com

** Professora do Departamento de História e dos Programas de Pós-Graduação em História, em Educação e Mestrado Profissional em Ensino de História da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Bolsista produtividade em pesquisa do CNPq. E-mail: cristianibereta@gmail.com

História Regional da Editora Melhoramentos *História de Santa Catarina* (1930) e, como contraponto contemporâneo, os livros didáticos *Os Catarinas – Terra e Gente* (1996), de Walter Piazza, Ivete Lombardi e Mara de Fátima Leite, da Editora Lunardelli e *Santa Catarina de todas a gentes* (2004) assinado por Neide Fiori e Ivone Regina Lunardon, da Editora Base. Nosso intuito neste trabalho é analisar, a partir da organização do conhecimento histórico escolar proposto pelos sumários das obras, as mudanças e permanências na didatização da historiografia catarinense sobre o lugar do imigrante europeu na construção identitária da *gente catarinense*. Nessa direção, a ideia é problematizar como os diferentes grupos étnicos que povoaram e colonizaram o espaço que hoje corresponde ao estado de Santa Catarina compõem as narrativas históricas apresentadas por livros didáticos de temporalidades distintas.

As reflexões aqui propostas dialogam também com o projeto “Visões da Europa – A Europa em Livros Didáticos” (<http://www.eurviews.eu/nc/start.html>) coordenado pela professora Kerstin Schwedes do Instituto Internacional para Pesquisas sobre Livros Didáticos Georg Eckart /Leibniz (<http://www.gei.de/home.html>), sediado na cidade de Braunschweig, Alemanha. O Projeto Eurviews

tem como objetivo levantar representações sobre a Europa e a europeidade que foram mundialmente compartilhadas em livros de História dos séculos XX e XXI, assim como apresenta-las de maneira crítica e científica e formar um círculo de membros internacionais acessível. A partir de seus princípios históricos e sistemáticos o Eurviews deseja tornar visível a pluralidade e as variações das representações sobre a Europa e sensibilizar para culturas de memórias variantes e concorrentes.¹

Nosso intuito então é contribuir para o banco de dados do referido projeto e ainda estabelecer trocas e discussões teóricas sobre pesquisas que envolvem tanto livros didáticos de História quanto a discussão, cada vez mais presente na Europa, sobre imigração e construção de identidades étnicas e nacionais.

Nesse momento, nos propusemos a variar as escalas de análise do livro didático de História, ajustando nosso foco na organização narrativa, no intuito de apreender outros vieses do saber histórico escolar sobre Santa Catarina. Porque, como aponta Paul Ricouer (2007:221-222),

A ideia chave ligada à ideia de variação de escala é que não são os mesmos encadeamentos que são visíveis quando mudamos de escala. [...]Ao mudar de escala,

¹ Tradução livre do alemão. Original: “(...) EurViews verfolgt das Ziel, Vorstellungen von Europa und Europäizität, die in Geschichtsschulbüchern des 20. und 21. Jahrhunderts weltweit vermittelt wurden, zu erheben, wissenschaftlich-kritisch zu edieren und einem internationalen Nutzerkreis zugänglich zu machen. Mit seinem historischen wie systematischen Ansatz will EurViews die Pluralität und Veränderlichkeit von Europavorstellungen sichtbar machen und für die Varianz und Konkurrenz von Erinnerungskulturen sensibilisieren”. Disponível em: <http://www.eurviews.eu/projekt.html>. Acesso em 13 de junho de 2015.

não vemos as mesmas coisas, maiores ou menores, em caracteres grandes ou pequenos [...] Vemos coisas diferentes”.

Apostamos também que essas análises podem nos oferecer indícios de outros vieses da relação entre ensino de história e formação identitária brasileira, relação esta que se legitima especialmente na primeira metade do século XX, inventando uma tradição (HOBSBAWN, 1984) para esta disciplina escolar que se mantém até a atualidade, mas sob novas roupagens. O que nos leva a inquirir não apenas sobre as novas elaborações do saber histórico escolar, mas especialmente sobre reelaborações desse saber em outras escala de análise (REVEL, 1998). Assim, nosso intuito é que esse exercício reflexivo vá ao encontro de demandas postas ao ensino de História na contemporaneidade pelo reconhecimento da pluralidade de etnias que (re)elaboram esse país e sua história.

Variações do conhecimento histórico: narrativas em livros didáticos regionais

Ao concordamos que a História escolar é saber específico, com particularidade epistemológicas que o diferenciam do saber acadêmico em torno dessa mesma matéria, apostamos na ideia que o saber escolar organiza narrativas próprias que também compõem a escrita da História de uma dada temporalidade. Nesta perspectiva, os livros didáticos constituem-se fontes privilegiadas para análise das seleções culturais e intencionalidades políticas que, em diferentes tempos, orientaram a História que se valia ensinar. Mas também como narrativas históricas particulares, elaboradas de maneira criativa e em diálogo com dinâmicas próprias a escola e à História enquanto disciplina escolar (CHERVEL, 1990).

No início do século XX, coincidindo com os esforços de políticos e intelectuais da República para elaboração de uma História do Brasil e de seu Povo, esses materiais assumem protagonismo e constituem-se como manuais didáticos no sentido próprio de orientar o quê e como deveria ser ensinado. Podemos considerar que os livros didáticos de História elaborados nesse contexto inauguram tradições na escrita da História com fins escolares que vão desde formas de organização e didatização do conteúdo até a seleção dos fatos considerados relevantes para a composição dessa narrativa.

A instalação do regime republicano colocaria em pauta não apenas a necessidade de redefinir a identidade nacional, mas também de ensiná-la. Mas ensinar o Brasil aos brasileiros implicava também incorporar as histórias genericamente chamadas de regionais ao conjunto nacional. Tais histórias, publicadas em sua maior parte com o financiamento dos governos estaduais, tinham o duplo desafio de estabelecer o que era comum aos brasileiros e o que era

diferente e singular da região. Também precisavam – assim como a escrita da História do Brasil - definir os novos “outros” em relação à ideia de nação que se forjava naquele momento. Isso porque a definição ou redefinição de um projeto de nação precisa levar em conta os duplos desse processo, ou seja, em relação a qual “outro” o projeto de construção da nacionalidade seria materializado? (SILVA, 2014)..

Na esteira dessas necessidades e demandas, vale registrar aqui os esforços empreendidos pela Editora Melhoramentos que, entre os anos 1918-1936, publicou a série intitulada *Resumos Didáticos*, cujo um dos livros era o de Lucas Alexandre Boiteux, por nós analisado. Inédita no período, a coleção era organizada com o apoio dos historiadores Afonso d’Escragnolle Taunay e Oliveira Lima. A série destinava-se aos professores das escolas primárias e aos alunos das Escolas Normais dos Estados. Os autores convidados compõem um grupo de historiadores de diferentes Estados, tendo em comum sua filiação ao IHGB ou aos seus congêneres nos Estados. Constituíam, assim, um grupo de intelectuais ligados à produção historiográfica e, com algumas exceções, sem vinculação direta com os problemas educacionais da escola primária. O primeiro livro foi de autoria de Rocha Pombo, *História do Estado de São Paulo*, em 1918, que teve mais de uma edição, ao contrário da maioria dos outros livros editados que ficaram circunscritos a primeira edição. Ao todo foram publicados 12 livros. Segundo Marco Antonio de Oliveira (2006), embora o objetivo dos editores fosse abranger o maior número possível de Estados, a instalação do Estado Novo, em 1937, acabou por alterar as políticas públicas vigentes no que dizia respeito à instalação de um sistema único de escolarização e maior controle sobre a produção didática.

A “Campanha de Nacionalização” promovida durante o Estado Novo (1937-1945) vincula a construção de uma identidade nacional ao silenciamento das diversidades regionais. Essa proposta ganha contornos cada vez mais impositivos, ressoando de maneira particular no estado de Santa Catarina e na escrita de sua História, dada a pluralidade de imigrantes que no decorrer do século XIX se estabeleceram nesse território com o intuito de colonizar a região (SEYFERTH, 2002). As terras que passaram a ser cultivadas por esses imigrantes situavam-se em regiões até então isoladas, geográfica e politicamente, oferecendo circunstâncias favoráveis para que os novos núcleos de povoamento conservassem tradições ligadas às suas origens étnicas – inclusive a língua de seus países de origem. Com a Proclamação da República (1889) e mais especialmente a partir do século XX, a elite intelectual de Santa Catarina alinhada às tendências de construção de uma História Nacional e da identidade brasileira, engaja-se na escrita de uma

história catarinense que conferisse unicidade a um estado onde as diferenças étnicas se perpetuavam de maneira particular, dispostos a fazer os ajustes necessários para ajustar essa narrativa a História que se propunha para Nação.

Por certo vivemos outros tempos – econômicos, políticos, socioculturais, mas as finalidades colocadas para a escrita da História Escolar veiculada pelos livros didáticos regionais², na atualidade reafirmam a importância de se estabelecer esse *jogo de escalas* (REVEL, 1998) entre as histórias locais e a história do país, sob uma perspectiva que busca reconhecer a formação plural do Brasil. Assim, dada a tradicionalidade e atualidade da presença dessas obras nas escolas brasileiras no decorrer do século XX e ainda neste século XXI, as mesmas constituem-se como fontes de pesquisa privilegiadas para problematizarmos *variações de escalas* empreendidas na elaboração de narrativas históricas que precisam dar conta da relação regional-nacional, conforme as expectativas colocadas pela cultura política e histórica em temporalidades distintas. E ainda, conferir sentidos históricos a identidades étnicas plurais reunidas sob o signo de uma mesma identidade nacional.

Índices e indícios: os sumários dos livros didáticos regionais e as narrativas sobre a gente catarinense

Os sumários dos livros didáticos são índices importantes, que, aliando o texto escrito com demais elementos gráficos – quando existentes, estruturam o conteúdo abordado em informações visuais que possibilitem uma primeira apreensão deste por parte de seu leitor. Os sumários podem ser considerados primeiro indício explícito das escolhas feitas pelos autores na organização do conhecimento histórico escolar, e das escalas por meio das quais estes se organizam. Assim, unidades e capítulos indicam os temas priorizados como fio condutor da narrativa histórica e, no caso dos livros regionais, sinalizam em especial para as relações e variações de escalas eleitas nesse contexto.

² Conforme as orientações do Programa Nacional do Livro Didático : “Os livros denominados regionais são impressos que registram a experiência de grupos que se identificam por fronteiras espaciais e socioculturais, seja na dimensão de uma cidade, um estado ou uma região do Brasil e que são utilizados em situação didática no ensino de história.” (BRASIL, 2008, pág.41) Apesar da relação entre livros regionais – livro dos estados não estar estabelecida *a priori*, o que ocorre na prática é a concretização da mesma. Mais sobre essa discussão ver: BECHLER, Rosiane Ribeiro. “Minas Gerais em escalas: variações do conhecimento histórico escolar em livros didáticos regionais. Dissertação. Faculdade de Educação da UFMG, Maio de 2014.

Sobre essa dinâmica estabelecida por uma dada sequência – capítulos, unidades, títulos, subtítulos, número de páginas, imagens – podem ainda incidir estilizações realizadas pelos profissionais do design gráfico. De acordo com MORAES (2010:34)

Todos os elementos e configurações materiais e plásticas presentes na simples página de texto certamente informam alguma coisa isoladamente, mas na verdade aparecem combinados e sua percepção se dá pela totalidade dos efeitos dessa combinação

Essa composição visual antecipa assuntos, temas, provocam o leitor ao conhecimento do livro, criam expectativas. O sumário, aliás, além de apresentar uma visão panorâmica dos assuntos tratados, pode criar no leitor um motivo adicional para ir ao livro em qualquer uma de suas partes, instaurando um modo de leitura por consulta e não somente por leitura linear.

Os sumários têm maior destaque com o processo de transformação dos livros no mercado editorial, adotando configurações mais contemporâneas. A própria inserção do Sumário num livro didático sugere que o estudante poderá folheá-lo, buscando informações ou assuntos independentemente de uma progressão ou sequência, ou pré-requisito, especialmente quando se trata do livro de História. Portanto, a organização dos sumários diz não só da estrutura do texto didático, mas é em si uma informação a ser interpretada pelos leitores, revelando também as “intenções ideológicas e pedagógicas dos autores” (CHOPPIN, 2004, p. 559), que orientam os *sentidos da narrativa* que apresentam.

Nem sempre os livros didáticos possuíam sumários, como é o caso dos dois livros do almirante Lucas Boiteux aqui analisados. Mas, para nossas análises, organizamos um índice a partir da leitura das obras, que pode ser observado abaixo.

<i>Pequena história catarinense, 1920.</i>	<i>História de Santa Catarina – Resumo Didático, 1930</i>
<p>Primeiro Século: do descobrimento e da conquista (1492-1600)</p> <p>Cap. I – O descobrimento</p> <p>Cap. II – A Terra Catarinense.</p> <p>Cap. III – Os aborígenes</p> <p>Cap. IV – Primeiros reconhecimentos</p> <p>Cap. V – Portugueses e Castelhanos</p> <p>Cap. VI – Governo Geral - A catequese.</p> <p>Segundo Século: Do desbravamento do sertão e do povoamento (1600-1700).</p> <p>Cap. I – O litoral – primeiras penetrações</p> <p>Cap. II – Fundação de S. Francisco</p> <p>Cap. III – Desterro e Laguna</p> <p>Terceiro Século: Da colonização e do primeiro governo (1700-1800)</p> <p>Cap. I – A Capitania de S. Paulo</p> <p>Cap. II – A vida catarinense</p> <p>Cap. III – Os surtos para o sertão</p> <p>Cap. IV – Capitania subalterna</p>	<p>Cap. I – O descobrimento</p> <p>Cap. II – A Terra Catarinense.</p> <p>Cap. III – Os aborígenes</p> <p>Cap. IV – Primeiros reconhecimentos</p> <p>Cap. V – Portugueses e Castelhanos</p> <p>Cap. VI – Governo Geral – A catequese.</p> <p>Cap. VII – O litoral – primeiras penetrações</p> <p>Cap. VIII – Fundação de S. Francisco. O municipalismo</p> <p>Cap. IX – Desterro e Laguna</p> <p>Cap. X – Novos povoadores – A Capitania de S. Paulo</p> <p>Cap. XI – A vida catarinense</p> <p>Cap. XII – Os surtos para o sertão – Guarnição militar</p> <p>Cap. XIII – Capitania subalterna</p> <p>Cap. XIV – Colonização açorita e madeirense</p> <p>Cap. XV – Novas freguesias – Lages</p> <p>Cap. XVI – A invasão espanhola</p> <p>Cap. XVII – Novas administrações</p> <p>Cap. XVIII – Derradeiros governos coloniais</p> <p>Cap. XIX – Primeiros presidentes</p>

Cap. V – Colonização açoriana e madeirense Cap. VI – Novas freguesias – Lages Cap. VII – A invasão espanhola Cap. VIII – Novas administrações Quarto Século: Da independência e da república (1800-1900) Cap. I – Derradeiros governos coloniais Cap. II – Os primeiros presidentes Cap. III – Assembleia Provincial – novas administrações Cap. IV – A república Juliana Cap. V – Colonização estrangeira Cap. VI – A Guerra do Paraguai Cap. VII – Novas gestões – campanha abolicionista Cap. VIII – O regime republicano Cap. IX – Revolução Federalista Cap. X – Domínio da legalidade Quinto Século: Do progresso (1900-1920) Cap. I – Administrações republicanas	Cap. XX – Assembleia Provincial – Novas administrações Cap. XXI – A República Juliana Cap. XXII – Colonização estrangeira Cap. XXIII – A Guerra do Paraguai Cap. XXIV – Novas gestões – Campanha abolicionista Cap. XXV – O regime republicano Cap. XXVI – Revolução Federalista Cap. XXVII – Domínio da legalidade Cap. XXVIII – Novas administrações
--	--

Tabela 1 – Sumário dos livros *Pequena História Catharinense e História de Santa Catharina – Resumo Didático*

Os dois livros de Lucas Boiteux, datam do início do século XX e inscrevem-se em um contexto onde a produção historiográfica brasileira estava a cargo de “historiadores de ofício”, ou seja, intelectuais das mais diversas ocupações – nosso autor por exemplo, era almirante, em sua maioria eram membros da elite republicana afinados com o projeto de identidade nacional que se delineava e dispostos ao desafio de escrever a História dessa Nação. Além disso, até a primeira metade do século XX os autores de livros didáticos eram realmente os “autores” dos seus livros, participavam diretamente ou faziam eles mesmos a escolha das imagens que ilustravam o livro, das seleções e do processo de *transposição didática* do conteúdo, que muitas vezes esses eram uma didatização de outra obra historiográfica escrita por eles – os livros aqui analisados se encaixam nessa lógica, uma vez que *A Pequena História Catharinense* é uma adaptação solicitada a Lucas Boiteux pelo Governo do Estado da obra *História de Santa Catharina*, publicada em 1911. Tal solicitação foi feita pelo professor Orestes Guimarães³, que no período de 1918, com a criação da Inspeção Federal das Escolas Subvencionadas pela União, passaria a ocupar o cargo de Inspetor Geral do Ensino, em Santa Catarina, função que exerceu até falecer, em 1931. Como o livro *História de Santa Catharina – Resumo Didático* é uma adaptação de *A Pequena História Catharinense*, poucas são as alterações perceptíveis nas escolhas para organização da obra. Uma primeira análise permite destacar a relevância que questões em torno da ocupação territorial e da organização administrativa e política do estado

³ Em Santa Catarina, a campanha de nacionalização do ensino foi implantada, em 1911, no governo de Vidal Ramos. Para assessorar a Reforma do Ensino foi contratado, em 1910, o professor paulista Orestes de Oliveira Guimarães que já havia travado contato com o ensino de Santa Catarina, atuando como diretor do Colégio Municipal de Joinville, cargo para o qual havia sido designado e que ocupou entre 1907 e 1909.

assumem nessa narrativa, sendo as questões culturais praticamente subsumidas. A periodização da História segue os marcos referenciais da História do Brasil, contemplando o período anterior a chegada dos portugueses como introdução a esse evento legitimado como marco da formação história da nação.

A região do estado de Santa Catarina, até então *ocupada* pelos “aborígenes”, é primeiramente reconhecida e desbravada. Mas a colonização propriamente dita virá *a posteriori* relacionando-se dois grupos em particular: açorianos e madeirenses; estrangeiros. Enquanto a denominação do primeiro grupo sugere-nos a marcação da diferença entre povos que tem em comum a descendência portuguesa, a segunda agrupa etnias plurais sob uma mesma identificação: estrangeira. No caso do livro publicado em 1919, *Pequena História Catharinense*, cujos itens abordados são organizados por séculos, chama-nos atenção como o capítulo referente à *Colonização Estrangeira* aparece subsumido entre questões políticas republicanas, enquanto a *Colonização Açoriana e Madeirense* encontra-se inserida parte denominada *Terceiro Século: Da colonização e do primeiro governo (1700-1800)*. Aproximando-nos das reflexões feitas por SILVA (2014), entendemos que o destaque dado aos colonizadores de origem portuguesa em relação aos demais “estrangeiros” na organização desta narrativa histórica escolar é reflexo do desafio assumido pelos intelectuais da Primeira República de escrever uma História Regional integrada à História da Nação, mas de maneira hierárquica. Segundo SILVA (2014:366-367)

a obra historiográfica de Boiteux relativa a Santa Catarina demarca um investimento político na construção de uma identidade catarinense que precisou lidar com dois movimentos distintos e complementares naquele momento. O primeiro dizia respeito à configuração populacional de Santa Catarina, marcada pela diversidade cultural em razão do grande contingente de imigrantes estrangeiros. [...]O segundo ponto, complementar ao primeiro, dizia respeito ao problema do “regionalismo”. Isso significava que a afirmação da brasilidade de Santa Catarina passava pela construção de uma identidade catarinense, mas também precisa lidar com o problema da unidade diante das histórias regionais.

Esse desafio orientou o sentido da narrativa aqui analisada, que silencia a pluralidade sob o signo da denominação “estrangeira” e elege como “outro” de destaque da História catarinense o português açoriano e madeirense, justo aquele que mais facilmente poderia ser integrado ao projeto de nação em voga, por aproximar a *gente catarinense* a identidade brasileira que então era forjada.

O livro escrito por Walter Piazza (*et al*), *Os Catarinas – Terra e Gente*, cuja 2ª. Edição data de 1996 insere-se em um contexto no qual a disciplina de Estudos Sociais ainda fazia parte

do currículo das séries iniciais, substituindo a História e a Geografia. Portanto, esse livro aborda temáticas em diálogo com as duas disciplinas – nuance que delinea também as singularidades da História Regional como saber escolar. Vale destacar que Walter Piazza, sobrinho de Lucas Boiteux, é historiador de formação e destaca-se na contemporaneidade por sua vasta produção sobre o estado de Santa Catarina, dentre a qual ele mesmo destaca os livros didáticos como uma das obras mais importantes⁴.

Os Catarinas – Terra e Gente já apresenta um sumário relativamente detalhado, com destaque para itens e subitens grafados em preto de maneira distinta mas discreta. Os itens são em letras simples, maiores e os subitens em letras pequenas em negrito. O sumário, transcrito por nós, pode ser observado a seguir

<i>Os Catarinas – Terra e Gente (1996)</i>	
Apresentação	Aspectos Econômicos de Santa Catarina
Onde Estamos	Produção
Santa Catarina dentro do Brasil	Produção Agrícola
Limites de Santa Catarina	Produção Animal
A Terra Catarinense	Indústria
O relevo	Comércio
O Clima	Comércio interno de Santa Catarina
Os Rios	Comércio externo de Santa Catarina
O Litoral Catarinense	Turismo
A Vegetação	Mercosul
Recursos Naturais	Comunicação
Energia	Meios de Comunicação
A Gente Catarinense	Vias de Comunicação
O descobrimento e reconhecimento da terra	Ecologia
O Habitante da Terra	O Meio Ambiente
Os indígenas	Santa Catarina nos Esportes
Náufragos, degredados e desterrados	Educação
O Negro	Governo
A Formação Histórica do Território Catarinense	Os símbolos nacionais
Disputas em que Santa Catarina teve participação	Hino Nacional
As Primeiras Povoações	Os poderes
O povoamento Açoriano e Madeirense	Símbolo do Estado de Santa Catarina
Tropeirismo no Planalto	Hino do Estado de Santa Catarina
A Colonização Alemã	A nossa capital
A Colonização Italiana	Florianópolis hoje
A Colonização Polonesa	Catarinenses ilustres
A influência dos povoadores e colonizadores	Vocabulário

Tabela 2 – Sumário do livro *Os Catarinas – Terra e Gente*

⁴ Em entrevista concedida em 2004 ao site "Anexo", quando questionado sobre seu principal livro, Walter Piazza destacou, dentre outros, o livro "Santa Catarina, História da Gente", que está na sexta edição, é uma publicação didática, com o programa do vestibular. (...). Não se trata da obra analisada por nós no contexto dessa pesquisa, mas consideramos importante registrar tal informação. Disponível no site: <http://www1.an.com.br/2004/jan/15/Oane.htm>. Acesso em: 13 de junho de 2015.

A narrativa aqui proposta as questões políticas e administrativas não sobressaem às demais. Mas são abordadas de maneira mais pontual nos itens finais do livro: *Governo, A nossa Capital, Catarinenses Ilustres*, indicando que, ainda assim, permanece a preocupação com figuras políticas de destaque para a história do estado.

O livro inicia com a exposição sobre o território catarinense, focando em seus aspectos geográficos e naturais. A organização do sumário permite indicar que a aproximação com a História do estado inicia justo com o item *A Gente Catarinense* – confirmando o *jogo de escalas* entre a terra e a gente indicado no título da obra. Como nas obras de Boiteux percebemos aqui a preocupação com *O descobrimento e reconhecimento da Terra*, único tópico que, no sumário, compõe o item. Em seguida, o foco recai sobre os *Habitantes da Terra*, que, para além dos indígenas, agrupam também náufragos, degredados, desterrados e negros, num esforço por matizar aqueles que estavam no território em período anterior a sua “colonização”. Feita essa “introdução”, no sentido mesmo daquilo que precede algo, a temática da *Gente* cede espaço ao item *A Formação Histórica do Território Catarinense*, mas é retomada logo em seguida pelo item *As Primeiras Povoações*, quando chegamos ao ponto de nosso interesse particular.

Diferente do que observamos na organização da narrativa histórica do início do século, tensionada por demandas próprias à época, a organização do conteúdo da obra de Walter Piazza (*et al*) já aponta para o reconhecimento das pluralidades étnicas da população imigrante que se estabeleceu em Santa Catarina à partir do século XIX. O referido item encontra-se subdividido nos seguintes tópicos: *O povoamento Açoriano e Madeirense, Tropeirismo no Planalto, A Colonização Alemã, A Colonização Italiana, A Colonização Polonesa, A influência dos povoadores e colonizadores*. Nessa narrativa, ainda que reunidos em um mesmo item persiste a diferenciação entre dois grandes grupos, já observada nas obras de Boiteux – os portugueses, que, ao serem destacados como madeirenses e açorianos, são diferenciados dos demais compatriotas que concorreram para colonização de todo a *Terra Brasilis*, que são também considerados como *povoadores*, e os *colonizadores* europeus, cujas origens distintas já passam a ser consideradas. Esta diferenciação delineada entre *povoadores* e *colonizadores*, indicam um *sentido da narrativa* sobre a História do estado que aponta para diferentes demandas políticas, econômicas e sociais que, no decorrer dos séculos incentivaram a ocupação deste território. O último subitem dedica-se a abordar as “influências” dos diferentes grupos na formação história

catarinense, indicando a abordagem de vieses socioculturais da formação da “*gente catarinense*” a partir do encontro entre povos de diferentes origens.

Cabe ainda problematizar o contexto de produção da obra *Os Catarinas – Terra e Gente* (1996). As décadas de 1980 e 1990 são conhecidas pelos debates em torno da redemocratização política no país –, nos quais também a Educação ocupou posição central nas discussões e reformas políticas, no bojo de renovações conceituais advindas do campo das ciências humanas. Nesse contexto, os currículos para o ensino de História – dentre os quais destacamos os livros didáticos, sofrerem duras críticas dado o caráter ideológico e político do conteúdo por ele veiculado. Sem nos alongarmos nessa questão, interessa-nos destacar como os novos currículos elaborados nesse período, dentre eles os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN’s) vieram a contribuir para essa reorganização da narrativa histórica sobre os estados e a identidade brasileira. A abordagem que esse documento propõe acerca da diversidade cultural e identitária do Brasil representa um marco em relação aos esforços de políticos e intelectuais que, pelo menos desde a Proclamação da República insistiam na elaboração de uma narrativa histórica que sustentasse a ideia de uma identidade nacional uníssona, silenciando para tanto as múltiplas identidades étnicas que convivem nesse território. Sobre o assunto, destacamos das orientações para o ensino de História do segundo ciclo das séries iniciais a seguinte passagem

pode-se dizer que é somente no alargamento de fronteiras temporais e espaciais que os sujeitos históricos podem dimensionar a sua inserção e a sua identidade com os grupos sociais maiores, como no caso das classes sociais, das etnias, dos gêneros, das culturas ou das nacionalidades (...). É, por exemplo, por meio do conhecimento entre o que há de comum entre as diferentes localidades que se espalham pelo território brasileiro, o que há de comum ou de particular entre as populações regionais e locais, o que há de específico nos conflitos, nos ganhos e nas perdas que marcaram a história que se pode dizer como sendo de um povo (que fornece um caráter de identidade na diversidade), que um indivíduo, que nasceu e vive no Brasil, pode dimensionar a sua inserção dentro dessa nação. (Grifos nossos. BRASIL, 1997:47)

A preocupação com a construção da identidade nacional brasileira não é posta de lado nessas novas orientações – mas o que observamos é uma *variação de escalas* em sua elaboração, dispondo-se ao desafio da construção de uma *identidade na diversidade*. No reconhecimento da pluralidade cultural da sociedade brasileira, abre-se espaço para a revisão e releituras de histórias locais e regionais, também na perspectiva das narrativas históricas elaboradas em livros regionais. É nesse contexto que o historiador Walter Piazza (*et al*) publica a referida obra didática, cuja análise do sumário já nos indica para possíveis mudanças na narrativa histórica sobre Santa Catarina e sua *gente*.

A última obra didática que será por nós analisada é de autoria de Neide Fiori e Ivone Lunardon, intitulada *Santa Catarina de todas as gentes* (2005). Este livro regional já revela as marcas que o mercado editorial, tensionado pelas demandas dos consumidores e regulado pelas políticas públicas imprimem nos livros didáticos. E ainda que nosso foco de análise neste momento seja o sumário, vale registrar como o *design* gráfico dessa obra diferencia-se das demais, desde a capa ao aspectos gráficos e estruturais das diferentes textualidades conjugadas na elaboração dessa narrativa histórica.

Se o livro *Os Catarinas – Terra e Gente* é escrito em um momento marcado pelas reivindicações em torno de uma História Escolar que reconhecesse a pluralidade brasileira, a obra *Santa Catarina de todas as gentes* inscreve-se em um contexto de legitimação dessas diferenças e da luta pelas igualdades de direitos dos diferentes povos que (re)elaboram cotidianamente nossa história e nossa identidade – luta que se dá inclusive pelo direito à memória. O sumário do livro, organizado em seis unidades e muitos subitens que pode ser observado na transcrição abaixo, nos oferece indícios de como a narrativa que será apresentada procura dar conta das demandas sociais colocadas pelo tempo presente à História e ao seu ensino.

UNIDADE I – O ESTADO DE SANTA CATARINA, ONTEM E HOJE	Caminhos do gado
Santa Catarina na Região Sul	Tropas e tropeiros
Tordesilhas, um acordo entre Portugal e Espanha	Território contestado
A divisão da terra	Companhias estrangeiras
Mudam as fronteiras	Conflitos sociais na atualidade
Brasil independente	Desbravando o oeste
Tempos republicanos	UNIDADE V – CHEGAM OS IMIGRANTES
Símbolos nacionais	Viajando por Santa Catarina
Símbolos de Santa Catarina	Em busca do paraíso
O Brasil como Federação	Saindo da Europa
Poderes que governam o Brasil	Navegando pelo Atlântico
Constituição, a lei maior	O Brasil e a imigração
UNIDADE II – POPULAÇÕES INDÍGENAS	Imigração e colonização
Tempos atuais	A compra da terra
Antes do descobrimento	O trabalho livre
Sambaquis	O desembarque
Inscrições rupestres	Os primeiros a chegarem
Nos tempos do descobrimento	Preparando o terreno
Grandes grupos	Os confrontos
Carijós	Diversidade de origens
Bandeiras e Bandeirantes	Poloneses
Ação dos jesuítas	Ucranianos
As lutas	Síros-libaneses
Xokleng ou Botocudos	Gregos
Os bugreiros	Aprendendo a língua
Kaiang ou Coroados	Da Itália para o Brasil
	Colônias no norte do Estado

Kaiang e brancos Guaranis Os guaranis hoje As reservas indígenas UNIDADE III – POPULAÇÕES DE ORIGEM AFRICANA No Brasil atual Vindos da África Uma nova vida Sofrimento e revolta Acampamento guerreiro Enfim a liberdade Enfrentando dificuldades Em terras catarinenses Vendidos e comprados Fuga para as matas Gente de destaque Cenas do cotidiano Uma homenagem UNIDADE IV – EXPANSÃO TERRITORIAL O território catarinense As primeiras expedições A expansão portuguesa São Francisco do Sul Nossa Senhora do Desterro Santo Antônio dos Anjos da Laguna A lagunense Anita Novamente Desterro As fortalezas A vinda dos açorianos Armações de baleia A invasão espanhola Rumo às minas	Os italianos no sul do Estado Vindos da Alemanha Colônia Blumenau Colônia Dona Francisca Mudam os meios de transporte Colônia e imprensa UNIDADE VI – MANEIRAS DE VIVER Pensando sobre <i>cultura</i> Cultura como modo de viver Semelhanças e diferenças Frutos do mar Café colonial A polenta italiana O dia de fazer doces O pão por Deus As construções como forma culturais Festa de Reis Festa do Divino As águas termais Cativo e Salino Boi-de-Mamão Outubro alegre Oktoberfest Tempos festivos O planalto canta Raízes africanas A presença indígena Brincadeiras de criança Glossário Bibliografia
---	--

Tabela 3 – Sumário do livro *Santa Catarina de todas as gentes*

Por exemplo, as populações indígenas e africanas merecem, cada uma, unidades específicas, divididas em itens que irão abordar suas particularidades no passado e na atualidade, indicando o que podemos considerar como os primeiros reflexos que a lei 10639, promulgada em 2003 imprime à estrutura narrativa das obras didáticas. Com relação aos portugueses, a *Vinda dos açorianos* é um subitem que compõe a Unidade IV – *Expansão Territorial*, enquanto os madeirenses não recebem destaque no sumário do livro, diferente do que observamos nas outras obras. Outra diferença de grande relevância para a problematização que nos propomos – qual seja, analisar os sentidos da *narrativa histórica* sobre os imigrantes sugeridos pelos sumários dos livros didáticos, é que tanto os portugueses açorianos quanto os povos que se seguiram a eles na ocupação do território catarinense não são diferenciados nessa narrativa como *colonizadores*. Surge aqui um termo ainda não observado nos outros sumários

analisados, a denominação de *imigrantes*, oferecendo indícios de novos sentidos atribuídos à vinda e estabelecimento desses povos na região.

Interessa-nos de maneira particular a Unidade V da obra, intitulada *Chegam os imigrantes* e subdividida em 26 itens no decorrer de 50 páginas. Sobre os *estrangeiros* das obras de Boiteux é realizado considerável ajuste de escalas que matizam não só as diferenças étnicas dos grupos imigrantes que vieram para o Brasil no decorrer do século XIX, mas também as condições sócio-históricas, políticas e econômicas desse movimento migratório. Assim os 12 primeiros itens são dedicados a contextualizar a vinda dos diferentes imigrantes para o Brasil e da relação que se estabelece entre *Imigração e Colonização*, um dos itens da unidade. Sobre as origens desse imigrantes destacamos os itens: *Os primeiros a chegarem, Diversidade Origens, Poloneses, Ucrânicos, Sírio-libaneses, Gregos, Da Itália para o Brasil, Vindos da Alemanha*. O conhecimento prévio sobre a história do estado permite-nos inferir que *Os primeiros a chegarem* são os alemães e os italianos, que mais adiante serão retomados em itens específicos sobre a vinda, o estabelecimento e a fundação de suas colônias na região catarinense. Ainda que esses dois grupos imigrantes assumam lugar privilegiado nessa narrativa, o reconhecimento da vinda de outros povos já pode ser percebida a partir do sumário do texto, corroborando a hipótese que a escrita da História e seu ensino nesse século XXI também é tensionada pelo direito à memória dos diferentes grupos étnicos e raciais.

Merece destaque, por fim, a unidade intitulada *Maneiras de Viver*, que encerra a obra e conferindo ajustando o foco sobre as diferentes influências e manifestações culturais da *gente catarinense*, matizando uma temática já indicada pelo livro de Walter Piazza (*et al*) mas subsumida na narrativa histórica do almirante Lucas Alexandre Boiteux. É possível que esse silenciamento seja reflexo do desafio assumido pelo historiador de contribuir para inclusão do povo catarinense no projeto de uma “unidade nacional, ancorada nos conceitos de nação, estado e pátria” (SILVA, 2014), hipótese esta que ainda nos interessa investigar.

Em síntese, destacamos que a análise dos sumários dessas narrativas históricas escolares, elaboradas em temporalidades distintas, apontam permanências significativas – como a questão da terra que perpassa a organização de todas as obras analisadas, a presença açoriana, o reconhecimento de *outras* grupos étnicos que contribuíram para o povoamento e colonização do estado. Mas sobre essas permanências incidem *variações de escalas* distintas, ajustadas a partir de diferentes *culturas históricas e políticas* que, no decorrer do século XX e início do século XXI tencionam a escrita da História Escolar.

Para prosseguir com as reflexões....

Essa breve análise de livros publicados em temporalidades distintas confirmam nossa hipótese de que o lugar do imigrante europeu nas narrativas históricas sobre a *gente catarinense* se alteram no decorrer do século XX corroborando com projetos identitários vinculados a demandas políticas, econômicas e socioculturais da nação, construindo laços de diferentes intensidades em diferentes épocas. São esses indícios que fundamentam nosso desejo de investigar mudanças e permanências na narrativa histórica escolar que conferem inteligibilidades particulares a participação dos diferentes povos na formação do território e na composição das *gentes catarinenses* e da relação que esta narrativa estabelece nos diferentes momentos com a História elaborada para contar o Brasil.

Aliado a isso, é nosso intuito compreender como o *jogo de escalas* (REVEL, 1998) estabelecido entre as compreensões de Nação e Região no decorrer do último século define os contornos de um *lugar* para a escrita e o ensino de História Regional na escola. Compreensões e contornos que podem ser potencialmente investigados a partir da análise dos livros didáticos regionais (SILVA, 2014).

Referências Bibliográficas

- BOITEUX, Lucas Alexandre. *Pequena história catarinense*. Ilustrada. Florianópolis: Oficinas e eletricidade da Imprensa Oficial, 1920.
- _____. *História de Santa Catarina*. Resumo Didático. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1930.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2011
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: história, geografia*. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- CHERVEL, Andre. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. *Teoria e Educação*, Porto Alegre, n. 2, 1990.
- CHOPPIN, Alain. O historiador e o livro escolar. *Revista História da Educação*. Pelotas (11), Abril, 2002.
- _____. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. *Educação e Pesquisa*. Revista de educação da USP. São Paulo, v. 30, p. 549-566, set/dez. 2004.
- FIORI, Neide Almeida; LUNARDON, Ivone Regina. *Santa Catarina de Todas as Gentes – História e Cultura*. Curitiba: Base Editora, 2004.
- HOBSBAWN, Eric, RANGER, Terence (org.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. (Introdução)
- MORAES, Didier Dominique Cerqueira Dias de. *Visualidade do livro didático no Brasil: o design de capas e sua renovação nas décadas de 1970 e 1980*. São Paulo: USP, 2010. (Dissertação Mestrado)

- .OLIVEIRA, Marco Antônio de. *Os intelectuais e a produção da série Resumo Didático pela Companhia Melhoramentos de São Paulo. 1918-1936*. 2006. 177 fl. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação da USP.
- PIAZZA, Walter Fernando; LOMBARDI, Ivete; LEITE, Mara de Fátima. *Os Catarinas – Terra e Gente*. Florianópolis: Editora Lunardelli, 1996.
- REVEL, Jacques. *Jogos de escalas: a experiência da micro-análise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.
- RICOUER, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Trad. Alain Fraçois. Ed. Unicamp, 2008
- SEYFERTH, Giralda. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. **Revista USP**, n. 53, p. 117-149, 2002.
- SILVA, Cristiani Bereta da; GASPARINI, Helena Gabriela Moellmann. Livro didático e memória - A construção do saber escolar sobre a História de Santa Catarina, nas primeiras décadas do século XX. **Cadernos do Aplicaçãõ**, v. 23, n. 1, p. 35-62.
- _____, ZAMBONI, Ernesta. Cultura política e políticas para o ensino de história em Santa Catarina no início do século XX. **Revista Brasileira de História**, v. 33, n. 65, p. 135-159, 2013.
- _____. Nação e Região e a unidade nacional: uma leitura a partir de dois livros didáticos de História publicados na Primeira República. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 57, p. 349-374, abr./jun. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v19n57/v19n57a05.pdf>. Acesso: 31 jul.2014.
- _____. (Org.). **Educar para a Nação: cultura política, nacionalização e ensino de História nas décadas de 1930 e 1940**. Curitiba,PR: CRV, 2014.